

Correio Sindical Mercosul

Servico de Notícias -n.58

10 de dezembro de 2000

II Encontro Sindical do Mercosul / Cumbre Sindical del Mercosur

Na próxima semana haverá, em Florianópolis, a 19ª Reunião do Conselho de Mercado Comum (CMC) . O evento reunirá os presidentes e os ministros da economia da Argentina, Brasil, Paraguay , Uruguay , Chile e Bolívia . O presidente da África do Sul participará como convidado. Haverá na reunião um participante, não convidado, os Estados Unidos . Esse participante, que ficará invisível, tornou-se o mais importante da reunião depois de sua revelação de que negociava com o Chile, secretamente, um tratado de livre comércio.

A revelação caiu como uma ducha de água fria, principalmente porque o governo brasileiro pretendia formar um bloco do Mercosul e da Comunidade Andina para negociar as condições de estruturação da Alca .

Mas sempre foi muito tímida essa tentativa de liderança por parte do Brasil . A maior prova dessa fraqueza pode ser encontrada em sua política frente ao contencioso com o Canadá na OMC . Não houve nenhuma tentativa de mobilizar a opinião interna do país, que dirá da opinião publica internacional . A mesma dubiedade o governo brasileiro demonstrou frente a questão peruana, flertando com Fujimori . Nova derrota ...

O governo brasileiro demonstra dubiedade novamente . Fala em antecipar a Alca para 2004, um meio termo, pois o Chile quer para 2003 . Fala em preparar a economia para um outro "choque liberal" , o que parece impossível para um governo que vai emprestar mais de 3 milhões de dólares do banco de desenvolvimento (BNDES) para o Jockey Clube ! O governo argentino também fala em antecipar a Alca, mas esquece que os seus problemas com o Brasil, uma economia muito menor , se multiplicam com a Alca !

Se ao Chile pode interessar o ingresso no Nafta, dificilmente isso pode interessar, neste momento, ao Brasil e à Argentina . Nossas economias seriam inundadas com manufaturados (automóveis, eletroeletrônicos, produtos farmacêuticos e químicos, etc.) e nossos empregos melhor remunerados desapareceriam. Isso em troca, talvez, de menos barreiras para a agricultura (alguém acredita, por exemplo, que os Estados Unidos abrirão o mercado do açúcar?) .

Juntamente com a reunião presidencial os sindicalistas do cone sul também farão sua reunião . O II Encontro Sindical do Mercosul será talvez um dos mais importantes encontro de trabalhadores de toda a história da nossa região . Com a presença de mais de 700 lideranças de trabalhadores , será uma oportunidade única para reflexão sobre essas questões. É o que esperamos.

é só clicar ➡ Índice

Movimento Sindical e Trabalho

Mercosul

Empresas e Setores

Relações Externas

Notas e Correspondências

CORREIO SINDICAL MERCOSUL

É parte do projeto Mercosul entre a CCSCS, SPIs, ORIT/CIOSL e FFE.

Ma. Silvia Portella de Castro- coord.

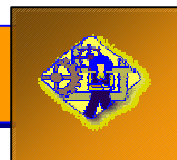
Daniel Campos - Argentina

Antonio Carlos P. Castro - Brasil

Antonio Pecci- Paraguay

Patricia Bouzas - Uruguay

✉ cesint@uol.com.br



La CGT protesta por las obras sociales y marcha a Economía

Lejos de la descompresión que se esperaba después del último paro, las relaciones entre el Gobierno y el arco sindical van de mal en peor. Por lo pronto, la CGT oficial decidió ayer que el 19 de este mes marchará al Ministerio de Economía para repudiar al Gobierno por la "crítica y caótica" situación social.

Sin embargo, el motivo número uno de la nueva protesta sindical remite a la desregulación de las obras sociales, que a partir de enero deberán competir mano a mano con las empresas de medicina prepaga.

Uno de los interrogantes que despertó el anuncio de una movilización sindical estuvo referido a cuál será el papel de la central rebelde de Moyano y de la alternativa CTA de Víctor De Gennaro.

Según se dijo en la CGT, la comunicación con Moyano es fluida y está encaminada para que unos y otros marchen en sociedad.

Al fin se resolvió que sólo habrá una marcha el martes 19, desde las 15. Consultado si ese día habrá paro o cese de actividades para facilitar la participación de manifestantes, el titular de la CGT dialoguista aseguró que esos aspectos organizativos quedarán a consideración de los gremios participantes. "Estamos en sesión permanente", manifestó.

No sólo de la desregulación de las obras sociales se quejaron en la CGT: también hubo expresiones de condena para el "tarifazo", el recorte salarial a los estatales, la reforma previsional y el "futuro arancelamiento" de las universidades estatales. (Clarín, 07.12.00)

Las CGT desafían a la ministra Bullrich

El decreto de desregulación de las obras sociales terminó por enfrentar al oficialismo con los sindicatos, para cuyos dirigentes estas tradicionales "cajas", además de prestadoras de salud para los afiliados, fueron decisivas en términos económicos para su supervivencia.

Los duros cruces entre la ministra de Trabajo, Patricia Bullrich, y los sindicalistas no serían en sí mismos un impedimento para continuar el diálogo social que persistentemente busca la funcionaria.

En las últimas semanas, Mientras Bullrich los tildó de "chrros", el mecánico José Rodríguez la catalogó de "montonera" (sobre lo que se informa en la Pág. 8), y Rodolfo Daer, titular de la CGT oficialista, de "autoritaria" y de querer convertirse en una "dama de hierro, al estilo de Margareth Thatcher".

Aunque las CGT de Daer y de Hugo Moyano no coincidirán el mismo día en un acto de protesta, los próximos diez días serán agitados para el Gobierno, ya que ambas organizaciones ratificaron movilizaciones en la Capital que no hagan olvidar el éxito del paro del 23 y 24 del mes último.

Moyano llamó a los trabajadores a movilizarse hasta el Congreso el próximo miércoles y Daer hizo lo propio para el martes 19, pero rumbo al Ministerio de Economía.

"Es muy difícil que nos volvamos a sentar antes de la medida de fuerza", dicen en la CGT de Daer, seguros de que nadie en el Gobierno les garantiza una marcha atrás en las decisiones.

En realidad, aunque las centrales no se resistan al diálogo, encuentran que los interlocutores oficiales no tienen posibilidades de tomar definiciones. Un sindicalista, que pidió el anonimato,

confesó las dudas de un funcionario con el que se reunió: "Me admitió que no podía hacer nada, que estaba atado de pies y manos". (*La Nación*, 09.12.00)

Força não tem competência para pedir reajuste de mínimo, diz Macris

O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, não tem competência para pedir o reajuste do salário mínimo estadual de São Paulo para R\$ 250.

A informação é da assessoria do presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Vanderley Macris (PSDB). Segundo a assessoria, o projeto de reajustar o mínimo estadual para R\$ 250 é "prerrogativa" do Legislativo, ou seja, do governado do Estado de São Paulo.

O secretário-geral da Força, João Carlos Gonçalves, o Juruna, disse que o projeto será entregue por Paulinho e pelo deputado Cícero de Freitas (PFL). Freitas foi ex-diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ligado à Força Sindical.

A proposta da Força atende ao pedido do ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, que jogou para os governadores de Estado a responsabilidade de aumentar o mínimo acima da reivindicação de R\$ 180.

Dessa forma, o governo consegue trabalhar com um piso nacional que não compromete o déficit fiscal e empurra para os Estados a discussão do mínimo. Em consideração ao pedido de Paulinho, Macris resolveu deixar o sindicalista falar amanhã, às 15h, no plenário da Assembleia.

No Rio de Janeiro, o mínimo foi reajustado para R\$ 220. Diferentemente da proposta da Força, lá, o projeto de reajuste do mínimo foi proposto pelo governador Anthony Garotinho. (*Folha de São Paulo*, 06.12.00)

FGTS: CGT estima pagamento de R\$ 42 mi

Um estudo da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) estimou que o volume de recursos necessário para o cumprimento da decisão judicial para o pagamento dos expurgos inflacionários dos Planos Collor e Verão sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) seja próximo de R\$ 42 bilhões. Diz ainda o estudo que "é razoável estimar que esse valor seja ligeiramente inferior após o cumprimento da etapa de reconhecimento da dívida".

A CGT faz uma série de sugestões ao governo para o pagamento do expurgo, até com o lançamento de títulos do FGTS. As formas de pagamento seriam basicamente divididas em duas modalidades. A primeira, em depósitos efetuados na conta vinculada de cada correntista, disponibilizados os saques na data de aniversário, caso o titular da conta já tenha realizado alguma das modalidades de saque previstas. A segunda, por meio de um leque de alternativas de troca.

O estudo diz ainda que "caso o correntista opte pelo pagamento em depósito a ser efetuado em sua conta vinculada terá de respeitar cronograma de encaixe dos recursos adicionais gerados pelas aplicações das disponibilidades líquidas do FGTS no mercado. (*O Estado de São Paulo*, 07.12.00)

Conselho da Cemig destitui sindicalistas

O governador de Minas Gerais, Itamar Franco (sem partido), está cumprindo o que prometeu aos sindicalistas que representam a maior base dos funcionários da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Ontem, em Assembleia Geral dos Acionistas (AGE), o coordenador geral do Sindicato dos Eletricitários (Sindieletro), Marcelo Correia, foi destituído do Conselho de Administração da estatal. A presença do sindicalista no conselho foi um compromisso de campanha do governador, mas Itamar Franco já havia avisado, no mês passado, que iria lutar "contra o braço sindical" que, segundo ele, quer dominar a Cemig.

A destituição de Marcelo Correia e seu suplente, Alexandre Heringe Lisboa, foi proposta à AGE pelo próprio presidente do Conselho de Administração e presidente da Cemig, Djalma Moraes. "A retaliação" não foi novidade para o Sindieletro, que previu dias antes que isto

aconteceria. Durante a greve dos eletricitários, no mês passado, Itamar Franco deixou claro que iria iniciar uma luta contra o Sindieletro (filial à CUT, Central Única dos Trabalhadores), acusado de defender interesses corporativistas.

Privatização - Irritado com o movimento, o governador admitiu que poderá privatizar o setor de distribuição da empresa e foi acusado de traidor pelos sindicalistas por estar descumprindo o termo de compromisso assinado com o Sindieletro durante sua campanha para o governo, no qual classificava a privatização como um "prejuízo para todo o povo de Minas Gerais". Segundo Marcelo Correia, ao destituir os representantes do Sindieletro, "Itamar Franco está substituindo o braço sindical pelo braço neoliberal". (*Jornal do Brasil*, 06.12.00)

Trabalhadores acusam Acesita de pressionar funcionários

O Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga e Coronel Fabriciano (Metasita) denunciou que a Acesita está forçando trabalhadores a permanecerem na empresa, a fim de esvaziar a greve dos funcionários, que entrou hoje (07.11) no seu sexto dia. A Gerência de Comunicação Empresarial da Acesita nega a acusação.

O índice de adesão à greve, deflagrada às 0h do último sábado, tem números contraditórios. Enquanto o Metasita afirma que 65% dos três mil trabalhadores da fábrica estão parados, a empresa só admite que 17% dos funcionários cruzaram os braços. "A empresa está funcionando normalmente", afirma Andrade.

O sindicato contesta a informação, chegando a dizer que num setor – não identificado – toda a produção foi perdida e que na laminação de aço inoxidável o RB 4 (Recozimento de Bobinas), que levava 40 minutos para processar uma bobina, agora está levando três horas e o material não sai com a mesma qualidade de antes.

Uma liminar conseguida pelos trabalhadores na Junta de Conciliação e Julgamento que impedia a Acesita de demitir trabalhadores durante a greve foi cassada nesta manhã, segundo a Gerência de Comunicação da empresa. Em apenas dois dias de recrutamento, 2.317 pessoas se inscreveram a uma vaga e 34 pessoas foram contratadas. Se a greve for considerada ilegal, a empresa admite que poderá demitir trabalhadores que participaram do movimento. (*Panorama Brasil*, 07.12.00)

Dirigente é preso na greve da Acesita

O vice-presidente do Metasita-Sindicato dos Metalúrgicos de Timóteo (MG), Darci Silva Barbosa, foi preso na manhã de ontem (07/12), quando distribuía o boletim da entidade, na portaria da Acesita. Hoje (08/12) A greve - desencadeada devido a impasse nas negociações para a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho - completa oito de dias.

A prisão do dirigente sindical - liberado no final da tarde de ontem - é mais um capítulo de arbítrio no tumultuado processo de negociação do Acordo imposto pela Acesita. (*Agência CUT Notícias*, 08.12.00)

Pilotos ameaçam paralisar aeroportos

Os sindicatos dos aviários e dos aeronautas ameaçam começar um período de paralisações rápidas nos principais aeroportos do País. Eles querem reajuste salarial de 20% e alegam dificuldades em negociar com os patrões.

Ontem pela manhã, sindicalistas fizeram manifestação no Aeroporto de Congonhas e paralisaram parcialmente os trabalhos, por mais de duas horas, sem, no entanto, provocar grandes alterações na rotina dos vôos. Durante o ato, cerca de 50 pessoas ocuparam o saguão do aeroporto e alguns lojistas fecharam suas portas. O protesto foi organizado pelo Sindicato dos Aviários, ligado à Força Sindical, e ocorreu entre 6 horas e 8h15.

O tesoureiro da entidade, Valmir Paulo Ferreira, disse que a tendência é de que ocorram novas manifestações. "Amanhã (hoje) ou quinta-feira, vamos paralisar Cumbica", afirmou Ferreira. Segundo o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, que participou do ato, se as companhias não voltarem a negociar, os funcionários podem até fazer greve geral

no dia 20. Atraso - O protesto provocou atraso somente em dois vôos - um para Teresina, no Piauí, e outro para Belo Horizonte, Minas Gerais.

A ponte aérea Rio-São Paulo não foi afetada. Além dos 20%, a categoria reivindica cesta básica e aumento do valor do vale-refeição. Os representantes patronais ofereceram reajuste de 4%. A proposta será levada para a assembléia. A data-base da categoria é 1º de dezembro e as negociações vêm ocorrendo desde o início de novembro. Os dois grupos voltarão a se reunir na próxima segunda-feira. *(O Estado de São Paulo, 06.12.00)*

SNEA : Entidade não crê em greve de aeroviários

O diretor- secretário do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação (SNEA), Odilon Junqueira, não acredita na possibilidade de greve dos aeroviários a partir de amanhã. Segundo Junqueira, o SNEA está confiante de que a categoria irá aceitar sua proposta, pela qual é concedido reajuste de 4%, vigente a partir de 1º de dezembro (e válido também para os aeronautas). "Temos certeza absoluta de que irão aceitar os 4 % - não há clima para greve", assegurou. O Sindicato dos Aeroviários reivindica reajuste salarial de 20 %.

A posição dos trabalhadores não é tão conciliadora. De acordo com a presidente do Sindicato dos Aeronautas, Graziela Baggio, a categoria não aceita nem os 4% nem a retirada de cláusulas sociais dos contratos de trabalho (que incluem folgas, multas à empresa em caso de atraso no pagamento dos salários e representação sindical, entre outros itens).

"Nossa posição é firme quanto às cláusulas sociais : são inegociáveis. Quanto ao reajuste, ele não condiz com o desempenho favorável das companhias aéreas", afirmou, acrescentando que os aeronautas farão uma assembléia hoje, às 17 horas, para discutir a questão. De acordo com a dirigente, a categoria poderá entrar em greve em 7 e 8 de dezembro. "Nossa estratégia, assim como a dos aeroviários, é a de fazer "paralisações- pipoca", que se alternarão em vários aeroportos", antecipou . *(Gazeta Mercantil,06.12.00)*

Medicos en huelga

La Asociación de Medicos del Hospital de Clínicas de Asunción, debatían el fin de semana la continuidad o no de una huelga que lleva ya 8 días y que tiene el proposito de forzar la renuncia del Decano de la Facultad de Medicina. El gremio de medicos acusa al mismo de estar involucrado en irregularidades en el manejo del citado hospital. *(Ultima Hora 07.12.00).*

Questão Agrária

Brasileiro alista-se na Bolívia para garantir terra

Jovens brasileiros estão cruzando a fronteira para se alistar no Exército boliviano e, desta forma, garantir o acesso dos pais a documentos e a um pedaço de terra. São os chamados brasivianos, excluídos da reforma agrária que a Bolívia realiza na fronteira com o Acre apesar de viverem há mais de 30 anos na região.

Só nos últimos anos, mais de 3 mil brasileiros que trabalhavam nos seringais e castanhais daquele país retornaram aos municípios acreanos de Brasília, Capixaba, Assis Brasil e Xapuri. O drama dos brasivianos reside exatamente no avanço das madeireiras estrangeiras que concedem emprego preferencialmente aos cidadãos bolivianos. A pressão sobre eles também está sendo feita pelos projetos de assentamentos rurais. Cinco grandes serrarias operam na divisa dos dois países.

O alistamento e a naturalização dos brasivianos na Bolívia não são bem-vindos pelas organizações ligadas à questão agrária. "Aqui tem terra para todas aquelas famílias", afirmou o presidente da Fetacre, João de Deus, que na semana passada organizou seminário sobre o assunto. *(O Estado de S.Paulo,05.12.00)*

Brasiguaios também vivem conflito

Numa outra região fronteira, só que com o Paraguai, vivem os brasiguaios. São brasileiros, a maioria do Sul do País, que começaram a emigrar em meados dos anos 60. Decidiram vender propriedades e bens que tinham no Brasil para comprar as terras baratas das margens do Rio Paraná. Foram até incentivados pelo ditador Alfredo Stroessner (1954-89).

Os brasiguaios continuam a falar em português e são poucos os que aprendem espanhol. Raros os que falam o guarani, a língua mais adotada na zona rural daquele país. O curioso é que são os paraguaios que se esforçam para falar português.

No ano passado, houve um aumento dos conflitos entre sem-terra do Paraguai e os brasiguaios, com troca de acusações. Os camponeses paraguaios diziam que têm direito à terra e os forasteiros eram favorecidos pelos políticos locais. Já os brasiguaios diziam que estavam sendo ameaçados e expulsos de suas propriedades, apesar de já estarem na região há décadas. O Consulado do Brasil em Ciudad del Este teve de pedir que as autoridades paraguaias tomassem medidas para garantir a segurança dos, afinal, brasileiros. (*O Estado de São Paulo*, 05.12.00)

Organizaciones campesinas exigen Ley Agraria

Dirigentes de organizaciones campesinas exigieron al presidente de la Cámara de Diputados paraguaya que lo antes posible sea nuevamente estudiado el proyecto de Estatuto Agrario cuyo tratamiento fue suspendido por 120 días. Manifiestan a través de una nota presentada al citado parlamentario que el campesinado y el pueblo paraguayo fueron nuevamente burlados al postergarse el tratamiento de dicha ley, atribuyendo a los latifundistas parte de dicha responsabilidad. Por otro lado, sectores empresariales nucleados en FEPRINCO y la Federación de Cooperativas de Producción, FECOPROD, acordaron que se postergue por 6 meses el tratamiento del tema. (*Abc, Noticias, Última Hora* 6 y 7.12.00).

MCNOC firma acuerdo com governo

Representantes de la Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas firmaron un acuerdo con el Ministro de Agricultura y Ganadería, por el cual existe un compromiso de acompañar el proceso de adquisición de tierras para diversas comunidades campesinas. A la vez, se establece el compromiso de evitar el desalojo por la fuerza de tierras ocupadas por familias nucleadas en la MCNOC, hasta llegar a soluciones satisfactorias. Los campesinos amenazaron de que si el Gobierno no cumple su palabra, en marzo del año que viene realizarán una marcha de 60 mil personas en Asunción. (*Abc y Última Hora* 07.12.00).

Trabalhadores rurais ocupam engenhos em Pernambuco

Mais de 850 famílias de trabalhadores rurais liderados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape), ocuparam, ontem pela manhã, oito mil hectares de dez engenhos da Usina Central de Barreiros. A ocupação foi realizada pelos próprios moradores dos engenhos, credores da Usina que, segundo eles, vem sendo sucateada durante os últimos dois anos. A Usina teve sua falência decretada pela Justiça Federal em junho do ano passado.

Segundo a Fetape (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco), mais de dois mil trabalhadores dos municípios de Barreiros, São José da Coroa Grande e alguns municípios alagoanos perderam seus empregos na Usina e não tiveram seus direitos trabalhistas pagos.

Os trabalhadores querem que o Incra/PE proceda à desapropriação do imóvel e o assentamento das famílias na área e que os proprietários da Usina paguem integralmente as férias, salários atrasados e outros encargos em atraso. (*Agência CUT Notícias*, 06.12.00)

Agricultores do Mercosul vão conhecer a agricultura familiar na Europa

Os representantes dos agricultores familiares do Mercosul, da Bolívia e do Chile, que estão participando da III Assembleia Geral da Coordenadora de Agricultura Familiar do Mercosul,

assistiram, ontem à tarde, palestras de representantes de agricultores familiares de Portugal e da Holanda, sobre a experiência e o debate da integração europeia sobre a agricultura familiar. O evento, realizado no Centro de Treinamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em Brasília, está sendo coordenado pela própria Confederação.

O encontro começou ontem pela manhã e segue até sexta-feira. Tem por objetivos avaliar os impactos do Mercosul sobre a agricultura familiar e discutir políticas para o segmento dentro do subgrupo 8 (Agricultura) do novo bloco econômico. "Vamos levantar propostas para fazer frente aos desafios da integração regional, o que compreende a harmonização dos interesses dos agricultores familiares de cada país e a proposição de políticas públicas comuns para toda a região, no que tange à agricultura familiar", explicou Alberto Broch, secretário de Política Agrícola da Contag. (*Agencia CUT Noticias, 06.12.00*)

Dia dos Direitos Humanos

Crítico informe de Human Rights Watch

La violencia policial y la gestión de Carlos Ruckauf en la provincia de Buenos Aires preocupan a la organización Human Rights Watch, que ayer difundió en Washington su informe anual sobre la situación de los derechos humanos en el mundo.

También se concentra en el avance de las causas iniciadas contra militares por violaciones a los derechos humanos cometidas durante la última dictadura militar.

En su capítulo sobre la Argentina, el trabajo recuerda que el gobernador bonaerense hizo campaña apelando a la "mano dura contra los delincuentes" y que luego nombró "al ex militar rebelde Aldo Rico para el puesto de ministro provincial de Seguridad". También destaca que su sucesor, Ramón Oreste Verón, "afirmó ser el agente con más muertos en sus espaldas de toda la historia de la provincia".

Human Rights Watch es una prestigiosa organización de lucha por los derechos humanos que tiene sede en Washington y fue fundada en 1978. El informe consta de 540 páginas y abarca a 70 países.

Cuando trata la situación de ex militares acusados de haber violado los derechos humanos, destaca que Fernando de la Rúa se estrenó en la presidencia con la detención de dos militares en el exterior. Se refiere a Ricardo Miguel Cavallo, preso en México, y Jorge Olivera, encarcelado en Roma, pero que luego salió en libertad.

El informe hace referencia al proceso iniciado en la Argentina contra el ex dictador chileno Augusto Pinochet por el asesinato de Carlos Prats. "Un juez argentino echó por tierra el mito de que la justicia internacional consiste en que los países del Norte impongan su voluntad a los del Sur y solicitó la extradición de Pinochet", festeja la organización no gubernamental.

Recuerda el reclamo de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos para que se revise la condena a los presos por el ataque al cuartel de La Tablada, "en vista de las graves irregularidades que habían viciado el primer proceso". (*La Nación, 08.12.00*)

ONG critica violência da polícia brasileira

A organização de defesa dos direitos humanos Human Rights Watch divulgou ontem relatório em que acusa a polícia brasileira de praticar "abuso de direitos humanos -incluindo assassinatos e torturas". O documento afirma que aumentou o número de pessoas mortas por policiais e denuncia a impunidade dos crimes.

A organização critica a ação policial nas comemorações dos 500 anos do Brasil e nas desocupações de áreas invadidas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e também a demissão do ex-coordenador de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Luiz Eduardo Soares.

Segundo o relatório, as circunstâncias das mortes de civis por policiais em São Paulo "sugerem que muitos foram sumariamente executados, e não mortos em tiroteios, como as autoridades afirmam rotineiramente". Para a organização, "as condições de detenção (no Brasil) continuam a violar normas internacionais". (*Folha de São Paulo*, 08.12.00)

Las Madres de Plaza de Mayo encabezaron la Marcha de la Resistencia

Las Madres de Plaza de Mayo, junto a otros organismos de derechos humanos, comenzaron la vigésima Marcha de la Resistencia. "Esta marcha la hacemos porque tenemos que luchar mucho para merecer los hijos que tuvimos", exclamó Hebe de Bonafini, de la Asociación Madres de Plaza de Mayo. Por su parte, Nora Cortiñas, de Madres de Plaza de Mayo-Línea Fundadora, aseguró que "hoy más nunca tenemos que hacer esta marcha, por los problemas sociales que hay".

La Marcha de la Resistencia tradicionalmente se realiza en los primeros días de diciembre, debido a que el 10 de ese mes se celebra el Día Internacional de los Derechos Humanos y a que entre un 8 y un 10 de diciembre de 1977 un grupo de tareas secuestró a algunas Madres y a otros familiares de desaparecidos, en la iglesia porteña de Santa Cruz.

"La consigna de esta marcha es que el futuro ya llegó y que nos tienen que ayudar a cambiarlo", dijo Bonafini. "Por eso queremos que ésta sea una marcha también para los más chicos", agregó la titular de la Asociación.

Por su parte, Cortiñas aseguró que "seguimos con nuestro reclamo, por la anulación de las leyes de Obediencia Debida, Punto Final e indultos. Pero además reclamamos por la libertad de los presos de La Tablada". (*Página 12*, 07.12.00).

Pesquisa revela trabalho infantil na construção civil e indústria da madeira

A Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira da CUT, Conticom, e a Organização Internacional do Trabalho, OIT, apresentam, na próxima terça-feira, dia 12, no Hotel Estância Pillar, Estrada Sapopemba, 1100 – Km 44 – 4ª Divisão – Ribeirão Pires - os resultados de uma pesquisa que identificou a existência de trabalho infantil na construção civil e na indústria moveleira no Brasil e quais as condições em que essas crianças são submetidas.

O presidente da Conticom, Edison L. Bernardes, técnicos da confederação e do Dieese e a representante da OIT, Sônia Levi, discutirão, também, como se desenvolveu o trabalho infantil, a legislação pertinente e propostas de ação das entidades que combatem a utilização de crianças no mercado de trabalho, principalmente, o movimento sindical.

O presidente nacional da CUT, João Felício, participará, às 9 horas, da abertura deste 1º Seminário. (*Agência CUT Notícias*, 08.12.00)

Empleo

Aumentó el índice de desempleo en octubre

El escaso crecimiento de la economía durante este año agravó uno de los problemas que más afectan a la Argentina en estos días: el desempleo. El Ministerio de Economía admitió que el índice de desocupación que registró la encuesta realizada en octubre, y que será difundida la semana próxima, orilla el 15,2 % de la población en condiciones de trabajar.

Se trata, entonces, de un alza respecto del mismo mes de 1999, cuando la misma medición reveló un 13,8% de afectados. Y una leve caída en la comparación con el 15,4% registrado en mayo último, una tendencia que se repite todos los años como consecuencia de que mucha

gente que busca trabajo durante la primera mitad del año deja de hacerlo en el final de la temporada. De ese modo, no figura entre los demandantes de empleo, y ese factor hace bajar la tasa.

La desocupación alcanza en la Argentina a unos 2.070.000 personas, que se suman a otros casi dos millones de individuos que trabajan menos de lo que quisieran (subocupados). Así, la escasez de trabajo afecta a unos 4 millones de personas. (*La Nación*, 06.12.00).

Recién el 2003 desempleo en Chile bajará a nivel de precrisis

Chile tendrá que esperar por lo menos hasta el 2003 para observar tasas de desempleo similares a las registradas antes de que se desatara la crisis asiática, advirtió ayer el decano de la Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas de la Universidad de Chile, Ricardo Paredes.

Durante 1997 la tasa de desocupación promedio de acuerdo a las cifras del Instituto Nacional de Estadísticas (INE) se situó en 6,1%, mientras que subió a 6,2% en 1998 y a 9,7% el año pasado. El último dato para el trimestre móvil agosto-octubre de 2000 es de 10%.

Tras participar en el 28° Taller Anual de Coyuntura Económica: "¿Qué le pasa al Jaguar?", auspiciado por EL DIARIO, Paredes proyectó un nivel de desocupación hacia septiembre del 2003 de 4%, considerando como base un crecimiento económico de 5%, un incremento de la fuerza laboral de 1,5% y un estancamiento de los salarios reales.

Dicha tasa de desempleo se elevaría a 6,1% si las remuneraciones reales crecieran 2% y a 8,9% si lo hicieran en 5%, advierte el académico.

A su juicio uno de los elementos que permiten predecir una recuperación en los niveles de empleo son el repunte de la construcción y el comercio, sectores que tradicionalmente absorben gran cantidad de mano de obra, pero que este año se han visto resentidos producto de la contraída demanda.

En ese sentido, Paredes coincide con la visión del ministro del Trabajo, Ricardo Solari, en que el problema de desocupación que enfrenta Chile no es estructural. Paredes alude así, además de factores temporales, al fuerte incremento que registró el salario mínimo en los dos últimos años (de 7%, aproximadamente). (*El Diario*, 05.12.00)]

FGTS e INSS deixam de recolher 18,5 bi

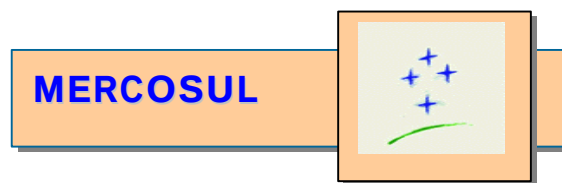
O FGTS e o INSS deixam de receber cerca de R\$ 18,5 bilhões por ano com a informalidade no mercado de trabalho. Este é o prejuízo causado pelos 12,4 milhões de trabalhadores brasileiros sem carteira assinada estimados pelo Ministério do Trabalho, segundo a chefe do Departamento de Inspeção do Trabalho, Vera Olimpia. Essas pessoas não recolhem os encargos previstos nas leis trabalhistas com FGTS e Previdência. Deste total, R\$ 3,6 bilhões deixam de ser pagos ao FGTS e R\$ 14,9 bilhões à Previdência.

- A arrecadação anual do FGTS é de cerca de R\$ 18 bilhões e do INSS, de R\$ 50 bilhões - disse Olimpia na teleconferência "Informalidade no Mercado de Trabalho" no ministério.

A informalidade é um dos maiores problemas enfrentados pelo Governo. Segundo Olimpia, o ministério deve cumprir este ano a meta de reduzir em 7,5% a informalidade do país, ou seja, de trazer para a economia formal 900 mil trabalhadores. Até outubro, disse, 620 mil trabalhadores foram trazidos para a formalidade. (*O Globo*, 08.12.00)

Algumas das notas complementam as notícias da semana publicadas em [Sindicato Mercosul/Sindicato Mercosur](#) . Para maiores detalhes sobre as greves, manifestações, protestos, piquetes, prisões, processos, etc. visite a nossa página em <http://www.sindicatomercosul.com.br>

[regressar](#)



Países decidem suspender ingresso do Chile no bloco

Os integrantes do Mercosul vão promover “um período de reflexão” sobre a adesão plena do Chile ao bloco. A informação foi dada pelo embaixador do Brasil para o Mercosul, José Botafogo. A decisão foi tomada ao término da reunião do Grupo de Mercado Comum (GMC), concluída na madrugada de ontem em Brasília.

– Não haveria nenhum problema em o Chile negociar com os Estados Unidos, se não tivesse a idéia de integrar-se ao Mercosul – disse Botafogo, referindo-se ao fato de aquele país ter criado um acordo de livre comércio com os Estados Unidos às vésperas do evento que consolidaria sua incorporação ao Mercosul.

Inicialmente, estava previsto que durante a 19ª Reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC), nos dias 14 e 15 deste mês, em Florianópolis, seria feito um memorando sobre a adesão formal do Chile e a forma como seriam conduzidas as negociações para o seu ingresso.

Durante a Reunião do Conselho, os presidentes e ministros de Economia e Relações Exteriores do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia e África do Sul vão tentar acelerar o relançamento do Mercosul. O principal objetivo do encontro será fortalecer o bloco, afetado pelos reflexos da crise econômica da Argentina. (Zero Hora, 08.12.00)

Itamaraty ameniza crítica à negociação

A diplomacia brasileira começou a mudar o tom em relação ao anúncio da retomada das negociações entre Chile e Estados Unidos para a celebração de um acordo de livre comércio. ‘O Itamaraty vê com serenidade o reinício do processo negociador entre Chile e Estados Unidos’, disse ontem o subsecretário-geral para Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, embaixador José Alfredo Graça Lima. Depois da reação inicial negativa, o Itamaraty define agora as conversações entre chilenos e americanos como um laboratório. ‘Temos curiosidade em saber qual será a oferta americana e quais as obrigações do Chile porque este

acordo poderá balizar a negociação da Alca', afirmou Graça Lima, durante um seminário internacional sobre integração hemisférica, que começou ontem em Brasília. Graça Lima acredita que o acordo entre Chile e Estados Unidos seguirá os recentes acordos dos americanos com Jordânia e Cingapura. (*Gazeta Mercantil*, 07.12.00)

Argentina nega acerto em separado com EUA

A decisão do Chile de negociar um acordo bilateral de livre comércio com os Estados Unidos acabou servindo para evidenciar diferenças de objetivo das duas principais economias do bloco comercial sul-americano em relação à adesão à Aliança de Livre Comércio das Américas (Alca). Em meio a manifestações nada coordenadas de autoridades do Brasil e da Argentina, o governo argentino acabou adotando uma posição bem mais tolerante que a inicialmente manifestada pelo Brasil em relação ao afastamento do possível parceiro. (*Gazeta Mercantil*, 07.12.00)

Brasil aceita antecipar lançamento da Alca

O governo brasileiro está disposto a aceitar uma antecipação no prazo para o lançamento da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), um conglomerado que abrangerá os 34 países americanos, menos Cuba, e terá a óbvia hegemonia dos Estados Unidos.

Diplomatas dos países do Mercosul estão até negociando a inclusão de uma declaração de simpatia à antecipação no comunicado a ser emitido durante a cúpula do bloco, a se realizar a partir de quinta-feira em Florianópolis (Santa Catarina).

Para o governo brasileiro, a condição essencial é o acatamento, pelos Estados Unidos, do que o jargão diplomático chama de "single undertaking" (literalmente, empreitada única). Na prática, significa que, se houver 100 pontos em discussão e acordo em torno de 99 deles, o tratado só entra em vigor quando e se chegar a um entendimento em torno do centésimo.

Objetivo da ressalva: impedir que o Congresso norte-americano aprove, depois, apenas os pontos da Alca de interesse dos Estados Unidos e rejeite os que beneficiam o Brasil (ou os outros países americanos).

Mas o embaixador José Alfredo Graça Lima, o principal negociador comercial do Brasil defende a tese de que, já que a tendência inescapável da economia (brasileira e mundial) é pela abertura, o ideal é que o Brasil comece já a fazer "a lição de casa". Ou seja, discutir qual abertura é de seu interesse, em vez de condicioná-la às negociações internacionais.

Além disso, Graça Lima lembra que o importante não é a data de lançamento da Alca, mas o período que ela fixar para o início da derrubada de tarifas alfandegárias.

Será, a partir do lançamento, de cinco anos para alguns setores, de dez para outros e até poderá prever exceções (setores que serão protegidos), calcula o embaixador.

Essa racionalização não é, no entanto, acompanhada em todos os níveis do governo federal e não é unânime nem mesmo no Itamaraty.

A Folha ouviu de diplomatas qualificados que a decisão do Chile de trocar a adesão plena ao Mercosul pela negociação de um acordo similar com os Estados Unidos, mais a dolarização das economias do Equador e de El Salvador, significa a capitulação incondicional diante da força da economia norte-americana. (*Folha de São Paulo*, 09.12.00)

Negociação de serviços sob vigilância das ONGs

Sob crescente vigilância de grupos opositores à globalização, a negociação para liberalizar o comércio internacional de serviços prossegue amanhã na Organização Mundial de Comércio (OMC), na sexta e última sessão especial do ano.

O Mercosul, em conjunto com mais 19 países em desenvolvimento, submeterá uma proposta sobre diretrizes da negociação, para tentar frear a pressa e a ambição de nações industrializadas.

Defenderá flexibilidade, liberalização gradual e maior abertura de mercados ricos em setores de interesse exportador das nações em desenvolvimento. Quer também definir disciplinas de salvaguardas, subsídios e regulamentação doméstica antes da conclusão de negociação de acesso aos mercados. O prazo final da negociação sobre salvaguardas, que era 15 de dezembro, foi empurrado para março de 2002. (*Gazeta Mercantil*, 05.12.00)

El Mercosur anunció acuerdo de libre comercio con Sudáfrica

Los países del Mercosur, Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay firmarán un acuerdo de libre comercio con Sudáfrica a comienzos del año entrante, informó hoy el secretario brasileño de Comercio Exterior, Roberto Giannetti da Fonseca.

Para avanzar en las negociaciones del acuerdo el presidente sudafricano, Taabo Mbeki, visitará Brasil el próximo 14 de diciembre, fecha en que los países del Mercosur realizarán una cumbre en la ciudad brasileña de Florianópolis.

Giannetti anunció la firma del acuerdo, hoy, durante el Primer Encuentro de Negocios entre Africa y América Latina, celebrado en la sede de la Federación de Industrias de Río de Janeiro. (*El País*, 05.12.00)

Esperan que Mercosur apruebe la maquila

Las empresas maquiladoras nacionales esperan que en la proxima cumbre del Mercosur, a realizarse en Florianopolis, el bloque regional haga un reconocimiento oficial del regimen de maquila paraguaya. "Tenemos fe de que Brasil presentar su postura en la reunion" manifesto el presidente de la Camara de Empresas Maquiladoras del Paraguay. Hasta el momneto, 11 empresas ya recibieron la autorizacion del Gobierno para operar en maquila y existen otras 40 que ya manifestaron su interes de presentar sus programas para producir bajo el citado regimen. (*Noticias* 05.12.00).

Brasil no aplicará rebaja de 3% en arancel externo común

El gobierno brasileño anunciará en la cumbre del Mercosur de Florianópolis, la semana próxima, que no reducirá en 3 puntos la Tarifa Externa Común (TEC), cobrada a importaciones de países extra-bloque, se anunció este jueves.

El recorte tarifario debería entrar en vigencia el 1 de enero en los cuatro países del Mercosur (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay). El anuncio fue hecho por la Cámara de Comercio Exterior (Camex) de presidencia brasileña con el fin de evitar pérdidas en recaudaciones fiscales tanto para Brasil como Argentina, de acuerdo al organismo. La cumbre del Mercosur se celebrará el jueves próximo en el balneario de Florianópolis, capital del estado de Santa Catarina, sur del Brasil. A la reunión asistirán, además de los mandatarios del bloque, los presidentes de Chile y Bolivia, Ricardo Lagos y Hugo Banzer, respectivamente.

La Camex anunció además que Brasil y Argentina no tendrán una lista única de tarifas de importación de máquinas como se preveía, ante las grandes diferencias existentes. Brasil continuará con su propia lista de bienes de capital con una alícuota diferenciada del AEC. (*El Mercurio*, 08.12.00)

Lista de bens de capital terá mais 350 produtos

O governo vai incluir cerca de 350 produtos na lista especial de bens de capital que pagam alíquota menor de Imposto de Importação (II). A lista trata de máquinas e equipamentos que não são produzidos no Brasil e por isso devem pagar um imposto menor. A idéia é que esses produtos tenham uma alíquota de 4%. Até agora a alíquota era de 18%.

Essa proposta foi aprovada ontem pelos integrantes da Câmara de Comércio Exterior (Camex). A intenção é atender os pleitos da própria indústria nacional, que quer fazer investimentos e reivindicar o pagamento menor de imposto.

Esses produtos devem pagar 4% porque a Camex também propôs uma redução da alíquota especial que hoje é de 5%. Hoje já existe uma lista especial de 1.370 produtos que estão enquadrados na alíquota menor. Assim, a lista vai ficar com quase 1.700 produtos.

O Brasil e a Argentina vão propor ao GMC, em relação aos bens de capital, que a partir de julho do próximo ano seja criada uma lista única do Mercosul para uma tarifa especial para os produtos não fabricados na região. Já estava acertado que essa lista vigoraria a partir de janeiro, mas não houve acordo entre os dois países.

Esse regime especial já tem algumas regras definidas: o produto vai ficar o mínimo de dois anos na lista e as novas inclusões só poderão ser feitas a cada seis meses. A intenção é ter regras mais claras para que os empresários planejem seus investimentos. (*Panorama Brasil*, 08.12.00)

Estatísticas sobre Mercosul reunidas em site oficial na Internet

Site foi feito com apoio da União Européia e contém dados econômicos, políticos e sociais.

Os quatro países do Mercosul e o Chile inauguraram ontem, dia 6, site na Internet com estatísticas básicas sobre os cinco países. O site foi elaborado com apoio da União Européia e contém dados econômicos, políticos e sociais.

Estará disponível em inglês, português e espanhol no endereço do IBGE (<http://www.ibge.gov.br> ou <http://www.ibge.net>).

A iniciativa é mais um passo em direção à harmonização de estatísticas do grupo de países do Cone Sul e faz parte do Convênio de Cooperação Estatística, assinado entre a UE e o Mercosul no ano passado.

Cada país ficará responsável pela atualização permanente de um grupo de estatísticas. À Argentina caberá a manutenção dos dados sobre atividade econômica e comércio exterior; ao Uruguai, mercado de trabalho e preços; ao Paraguai, educação; ao Brasil, saúde e finanças públicas; e ao Chile, dados demográficos (, 07.12.00)

[regressar](#)



Montadoras vão definir regime automotivo na Reunião de Cúpula em Florianópolis.

As montadoras pediram e foram atendidas: alguns termos do acordo automotivo Brasil-Argentina, acertado em 21 de novembro entre representantes dos dois governos, sofreram alterações. No dia 15 de dezembro, durante reunião de cúpula dos governantes do Mercosul, que estarão reunidos em Florianópolis, Santa Catarina, a nova versão do acordo será oficializada e assinada, ao que parece, de maneira definitiva.

A principal mudança trata das cotas do conteúdo local dos veículos feitos na Argentina, que passará, a partir de agora, a somar não somente as peças, mas o custo total do produto, incluindo mão-de-obra, despesas gerais e propaganda. Com isso, as montadoras argentinas passam a utilizar o mesmo critério do Brasil. Fontes da Anfavea afirmam que a alteração conseguirá elevar o índice de conteúdo local, sem haver necessidade de investimentos extras na Argentina, e evitará a redução das exportações de peças por parte do Brasil para o país vizinho.

Outra alteração refere-se ao cálculo de conteúdo local por montadora e não mais por modelo de veículo. Os novos critérios farão com que as empresas estructurem planos individuais para atingir a meta estipulada pelo acordo bilateral, que é de, no máximo, 32% de peças importadas em cada veículo. (*Global 21*, 09.12.00)

Argentina prevé que Uruguay y Paraguay se unirán a política automotriz común

Uruguay y Paraguay se sumarán en la cumbre de presidentes del Mercosur de Florianópolis a la Política Automotriz Común (PAC), según lo pronosticó el vicedanciller argentino Horacio Chighizola.

“Se está trabajando mucho esta semana en Brasil en el acuerdo automotriz. En este momento están reunidos los coordinadores en Brasilia y no me cabe dudas de que esto se termina en Florianópolis”, afirmó Chighizola en declaraciones radiales.

El vicedanciller, según la agencia local Telam, recordó que “el acuerdo bilateral del 30 de junio entre Brasil y Argentina fue ratificado por el secretario de Industria, Javier Tizado y el secretario de Desarrollo y Política Industrial de Brasil, Reginaldo Arcuri”.

“Somos altamente optimistas de que esto no pase de Florianópolis y la nueva vigencia se ha postergado para el 1 de enero del 2001 para que todo este año de negociaciones, que fue arduo e intenso, realmente pueda ser aprovechado por los cuatro países”, concluyó Chighizola. (*El País*, 07.12.00)

Acordo automotivo é uma balela, diz Redecker

“O acordo automotivo entre o Brasil e a Argentina é uma balela”. A afirmação parte do deputado federal Júlio Redecker (PPB-RS), para quem o acordo automotivo da forma em que está serve apenas aos interesses das montadoras em aumentar seus ganhos e benefícios em ambos os mercados.

“Tratam-se de empresas competentes que estão agindo em prol de mais incentivos fiscais para si mesmas. O pior é que tudo o que se tem conseguido acaba por sacrificar a indústria automotiva Argentina”, disse.

Para Redecker, tal sacrifício é nocivo à estabilidade do bloco econômico e não é conveniente ao Brasil, que tem a Argentina como um importante parceiro comercial no setor automotivo.

Redecker, que preside a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, fez questão de lembrar que o contencioso que envolve a indústria automobilística é reflete apenas uma pequena parte do volume comercial entre os dois países. “95% do comércio bilateral não tem qualquer problema”, lembrou. (*Panorama Brasil*, 08.12.00)

Exportadores brasileiros de veículos para o Chile estão preocupados

O congelamento das negociações Mercosul-Chile não deve preocupar grande parte dos exportadores brasileiros para aquele mercado. A tarifa de importação chilena é unificada 9% - uma das mais baixas da América do Sul - e cairá 1% ao ano até 2003, chegando a 6%.

Graças ao Acordo de Complementação Econômica n.º 35 Mercosul-Chile de 1996, os produtos brasileiros (excluídos os constantes dos anexos do ACE) contam com preferência tarifária de 70% sobre a alíquota de importação, percentual que será ampliado para 78% em 1 de janeiro.

Mas há uma dificuldade para os fabricantes brasileiros de ônibus e caminhões que atuam no Chile. Há dois meses, esses produtos, que vinham tendo tratamento diferenciado no ACE 35, perderam suas preferências. Até 30 de setembro, o Chile podia importar no máximo 800 ônibus brasileiros com preferência de 75%, 1.500 caminhões com preferência de 100%, e o mercado era livre para chassi de ônibus. Desde 1 de outubro, ônibus e caminhões estão sujeitos às mesmas regras dos automóveis e comerciais leves: a redução tarifária só começa em 2006, com preferência de 17%.

Para o gerente de assuntos institucionais da Volvo do Brasil, Carlos Ogliari, “desde que continue valendo o ACE 35, não teremos problemas .A perda, na opinião de Ogliari, será política: “Se o Chile não entrar no Mercosul, haverá um enfraquecimento político do bloco em suas negociações com a União Européia e o Nafta”. Ele reconhece, ainda, que a entrada do

Chile no Nafta pode afetar a pauta de exportação brasileira. "Os norte-americanos ficarão mais competitivos no Chile".

Já a não renovação do acordo relativo a ônibus e caminhões preocupa a Marcopolo, que produz carrocerias para ônibus. A estabilidade nas aquisições anuais feitas pelo Chile torna o país um cliente extremamente importante para a empresa, diz o diretor-geral, José Rubens De La Rosa. (*Gazeta Mercantil*, 08.12.00)

En regimen automotor Paraguay no varia postura

El Ministro de Industria y Comercio sostuvo que Paraguay defendiera en la proxima cumbre del Mercosur su posicion de contar con un arancel externo comun diferencia bajo. Los aranceles vigentes para el sector automotor oscilan actualmente entre 5%, 10%, 15% y 20% que convergen en el 2006 a una tasa única del 20 por ciento. (*Abc* 07.12.00)

Completarán ejes de transporte regional

Los ministros de Transporte, Telecomunicaciones y Energía de América Latina crearán hoy dos grupos técnicos que determinarán y ejecutarán las políticas necesarias para completar las redes de infraestructura que conectan a Brasil, Uruguay, Argentina y Chile *el eje Mercosur*, y a Venezuela, Colombia, Ecuador, Perú y Bolivia *el eje andino*, dijeron a El Observador fuentes oficiales.

El Banco Interamericano de Desarrollo (BID), la Corporación Andina de Fomento (CAF) y el Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (Fonplata) financiarán la terminación de estos dos ejes de infraestructura, que son los que se encuentran más avanzados dentro de la docena de emprendimientos de esta naturaleza que existe en la región. Con este fin los tres organismos presentaron el borrador de un Plan de Acción para la Integración de la Infraestructura Regional en América del Sur, que será aprobado hoy por los ministros de Transporte, Telecomunicaciones y Energía de la región que se encuentran reunidos desde ayer en Montevideo, en una sesión de trabajo de dos días inaugurada por el presidente Jorge Batlle.

En su alocución el mandatario uruguayo dijo a los ministros que "es preciso, en forma urgente, pasar de las declaraciones a los hechos", y destacó la importancia de llevar adelante todos los temas que son "centrales e impostergables" para los países de la región. Batlle señaló que "buena parte de la resolución de estos temas está en el crecimiento que va a originar la comunicación, el transporte y la energía". (*El Observador*, 05.12.00)

Tigre compra fábrica na Bolívia

A Tigre S.A., de Joinville (SC), voltou às compras na América do Sul. A empresa acaba de fechar a aquisição da boliviana Plasmar, de La Paz. A nova controlada detém 60% do mercado boliviano de tubos e conexões de PVC e poliestileno, fatura US\$ 18 milhões ao ano e tem fábricas em La Paz e em Santa Cruz de La Sierra. Pelo negócio, a Tigre obteve os 75,64% do capital da companhia boliviana pertencentes à uma holding familiar. Segundo Evaldo Dreher, diretor financeiro da Tigre, o valor pago pelo controle da Plasmar foi inferior à receita anual da companhia - 'o equivalente à participação adquirida', diz ele. Isso resultaria num preço em torno de US\$ 13 milhões, pagos à vista.

Ao mirar a Bolívia, a Tigre também procurou acertar no mercado americano. Os produtos bolivianos são isentos de taxas de importação nos Estados Unidos. A aquisição poderá servir de plataforma de exportação, especialmente para conexões, já que o transporte de tubos, leves e volumosos, é praticamente inviável a grandes distâncias. Para isso a Tigre precisará investir na produção de conexões na Bolívia, porque a Plasmar fabrica apenas tubos. 'Antes vamos ajustar a gestão da Plasmar aos métodos da Tigre, mas acreditamos poder aproveitar o potencial de vendas para os Estados Unidos num prazo não muito longo', diz Dreher.

Com a aquisição, a Tigre, líder no mercado brasileiro de tubos e conexões, espera consolidar suas operações no Cone Sul. (*Gazeta Mercantil*, 05.12.00)

Brasil e Bolívia construirão duas usinas térmicas na fronteira

Os presidentes de Brasil e Bolívia, Fernando Henrique Cardoso e Hugo Banzer, inauguraram na sexta-feira as obras de construção de duas usinas termoeletricas na fronteira de ambos países.

A primeira planta a ser construída é a de San Marcos, localizada em Puerto Suarez, Bolívia, 1.600 quilômetros ao leste de La Paz, que exportará energia elétrica a Campo Grande, gerando 30 milhões de dólares anuais para a Bolívia.

A segunda será construída em Corumbá. As obras demorarão 11 meses e estarão em funcionamento ao final de 2001, demandando investimentos de 70 milhões de dólares.

O gasoduto que leva gás natural do Rio Grande, Bolívia, até o Rio Grande do Sul está em funcionamento há dois anos. O duto tem mais de 3.000 quilômetros de extensão e abastece vários estados brasileiros.

A participação acionária da planta de Puerto Suarez ficará nas mãos de cinco companhias: a norte-americana Duke Energy International (38%), Petrobras (21%), Grupo Monteiro Aranha (18%), a empresa elétrica Corani (17%) e a Cooperativa Rural de Eletrificación de Santa Cruz (6%).

Na segunda planta, em Corumbá, a Duke Energy terá 55% de participação e a Petrobras, 45%. (*Global 21, 09.12.00*)

Cuba pode ficar auto-suficiente em petróleo

O Governo brasileiro informou ontem que estudos preliminares feitos pela Braspetro, subsidiária da Petrobras, mostraram que o poço de petróleo Felipe-1X, explorado pela empresa na costa Noroeste de Cuba, tem capacidade de meio bilhão de barris de petróleo, o equivalente à produção de 150 mil barris/dia.

Se a produção do poço for viável, Cuba se tornará auto-suficiente em petróleo.

O ministro das Relações Exteriores de Cuba, Felipe Roque, que esteve ontem com o ministro brasileiro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, afirmou que o seu país produz 50 mil barris/dia, para um consumo de 150 mil barris/dia. O restante do petróleo é importado, principalmente da Venezuela.

Segundo o presidente da Braspetro, Jorge Camargo, no prazo de quatro a seis semanas, quando a perfuração atingir 3.500 metros de profundidade, a empresa saberá qual é o real potencial do poço. Caso se confirmem as previsões, a Braspetro deverá investir mais de US\$ 1 bilhão na produção de petróleo.

O projeto está sendo desenvolvido em conjunto com a estatal Cupet (Cuba Petróleo), que detém a propriedade do subsolo cubano. A Braspetro está investindo US\$ 20 milhões na exploração do campo, disse Jorge Camargo. (*O Globo 06.12.00*)

[regressar](#)

RELAÇÕES EXTERNAS



Chile já negocia sua entrada no Nafta

A chanceler chilena, Soledad Alvear, viajou ontem a Washington para as primeiras rodadas de negociações sobre a implementação de um tratado de comércio bilateral com os Estados Unidos - o primeiro passo efetivo para a entrada do Chile no Tratado de Livre Comércio para a América do Norte (Nafta).

O presidente do México, Vicente Fox, apoia o início imediato das negociações para que o Chile venha a integrar o Nafta o mais breve possível. De acordo com o presidente mexicano, a iniciativa trará benefícios "para todos". O Chile já tem acordos comerciais com o México e Canadá e é membro associado do Mercosul, do qual são sócios, além dos brasileiros, Argentina, Uruguai e Paraguai. (*Gazeta Mercantil*, 06.12.00)

Chile no debe suscribir acuerdo que eleve normas laborales y ambientales

Chile no debe suscribir un Tratado de Libre Comercio (TLC) con Estados Unidos que obligue al país a adoptar mayores estándares laborales y medioambientales, porque aumentará los costos de producción y reducirá su competitividad en los mercados internacionales.

Esta es la opinión de Ana Eiras, analista de política económica del Centro de Comercio y Economía Internacional de la Fundación Heritage, el más importante instituto de estudios de tendencia conservadora en Estados Unidos.

La experta enfatiza que el relanzamiento de las negociaciones comerciales entre Washington y Santiago de Chile fue bien recibido por la prensa y la sociedad americana en general.

Y, en forma tajante, recomienda que si el Mercado Común del Sur (Mercosur) objeta las tratativas bilaterales lo mejor es que Chile "lo abandone, ya que es una mala copia de la Comunidad Económica Europea, que sofoca el crecimiento al obligar a los países a asumir prácticas proteccionistas". (*El Diario*, 07.12.00)

Insisten en que se adelante el ALCA

La Argentina pedirá a sus socios del Mercosur que soliciten que se adelante un año el lanzamiento del Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA), previsto para 2005.

El canciller Adalberto Rodríguez Giavarini confirmó la decisión argentina, que podría leerse como una presión del Ministerio de Economía hacia Brasil, el socio mayor del Mercosur.

"Lo hablamos con Albright (Madeleine, secretaria de Estado de los Estados Unidos), con Brasil y con nuestros socios del Mercosur, y estamos todos de acuerdo. Estamos en condiciones de que se adelante un año la puesta en marcha del ALCA", dijo confiado el titular del Palacio San Martín.

Distendido pero enérgico, volvió a negar que hubiera malestar o cortocircuito con Chile por la decisión de comerciar libremente con los Estados Unidos, medida que fue anunciada la semana pasada y que sorprendió a la diplomacia y al gobierno argentinos.

El canciller adelantó que las decisiones relacionadas con el Mercosur se tomarán el 15 del actual, en Florianópolis, cuando se celebre la última cumbre del año. (*La Nación*, 08.12.00).

[regressar](#)



NOTAS E CORRESPONDÊNCIAS

Venezuela : a OIT denuncia a interferência do poder no mundo sindical

A organização Mundial do Trabalho denunciou na segunda-feira dia 4, "a ingerencia na Venezuela do poder governamental nos assuntos internos dos trabalhadores" . O plebiscito visando renovar num prazo de 180 dias os dirigentes das organizações sindicais, próximas à oposição ao presidente Chavez, apurou 66,22% de sim , 25,55% de não e 8,23% de votos nulos, mas com uma abstenção de 77,87% conforme os resultados parciais fornecidos pelo Conselho nacional eleitoral (CNE) . O diretor internacional de atividades da OIT, Manuel Simon, qualificou a importante abstenção de "precedente histórico" que "demonstra que o governo venezuelano ignorou os cometários, as sugestões e as inquietudes do movimento sindical internacional" . *(Tradução nossa de Le Monde, 06.12.00)*

Reunião de cúpula da CAN é adiada

Uma escalada na crise diplomática entre Colômbia e Venezuela levou a Comunidade Andina (CAN) a adiar a próxima reunião dos presidentes da região, prevista para os dias 8 e 9 de dezembro. A decisão ocorreu no meio de uma acalorada troca de insultos entre Bogotá e Caracas.

A disputa levou a Colômbia a retirar seu embaixador em Caracas para realizar consultas. Uma medida semelhante foi tomada pela Venezuela. A nova data para a reunião de cúpula ainda não foi fixada. *(Gazeta Mercantil Latino Americana, 04.12.00)*

Toledo abogará por unidad del Mercosur con la CAN para fortalecer sudamérica

La unión del Mercado Común del Sur (MERCOSUR) con la Comunidad Andina de Naciones (CAN) sería un paso importante para el fortalecimiento de Sudamérica en el contexto internacional, manifestó el candidato a la presidencia de Perú para las elecciones de abril próximo, Alejandro Toledo. En una entrevista publicada hoy por la revista Veja, Toledo dijo que si es elegido presidente, uno de sus principales propuestas será promover la unificación de los dos más importantes sistemas de integración regionales. El Mercosur está integrado por Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, además de tener como asociado a Bolivia, mientras que la CAN, que fue fundada en 1969, la integran Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú y Venezuela. El único país sudamericano que ha quedado fuera de ambos esquemas es Chile, que recientemente inició negociaciones con Estados Unidos para lograr acuerdos comerciales.

Chile funge aún como asociado del Mercosur, al igual que Bolivia, para conformar un mercado común en el mediano plazo, pero los recientes informes que muestran que negocia con Estados Unidos ha provocado molestia en el gobierno brasileño, según manifestó el canciller Luiz Felipe Lampreia. Toledo anotó que sin dejar de lado las negociaciones en el Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA), "Perú trataría de persuadir a sus socios del pacto andino a incorporarse al Mercosur".

"Juntos, el Mercosur y CAN pueden lograr una mejor capacidad negociadora comercial con otros bloques comerciales en Europa y Asia", dijo. Toledo también se refirió a la situación peruana y destacó que su país logró "un triunfo al desalojar del poder a Alberto Fujimori para iniciar una nueva etapa de unidad nacional contra la crisis y la corrupción y para fortalecer la democracia".

Subrayó que si logra el triunfo en las próximas elecciones "será la primera vez que un indio llega al poder desde la llegada de los españoles a Perú hace 500 años".

Señaló que lo curioso es que ese hecho político será inédito en su país, donde un 85% de su población es de extracción indígena. "Ya vencimos a Fujimori, también venceremos el prejuicio que existe contra los miembros del Perú profundo por parte de las elites de la aristocracia que prefirieron votar por un japonés antes que por un peruano en los pasados comicios", agregó. *(El País, 04.12.00)*

Racismo é tema de conferência no Chile

Termina hoje, em Santiago do Chile, a Conferência Regional das Américas. O encontro é um preparatório para a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, organizada pelas Nações Unidas em Durban, na África do Sul, de 30 de agosto a 7 de setembro de 2001.

O objetivo é examinar o ressurgimento do racismo, da xenofobia e de conflitos étnicos no mundo e adotar medidas, a fim de combater as práticas discriminatórias e as novas formas de difusão de idéias racistas, especialmente, pela internet, de propaganda neo-nazista.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, cerca de mil participantes dos países da América do Sul, da América Central e do Caribe, além da América do Norte, participam do encontro no Chile. Ao final da Conferência, deverão ser aprovados uma Declaração e um Plano de Ação sobre os temas, que serão encaminhados à Conferência Mundial de Durban. O Brasil é representado por 176 ONGs, além da delegação do governo federal, chefiada pelo Secretário dos Direitos Humanos, Gilberto Sabóia. (Agência JB /Panorama Brasil, 08.12.00)

Posse reúne prefeitos de esquerda das três maiores metrópoles da AL

Quando a prefeita Marta Suplicy (PT) assumir o comando de São Paulo no primeiro dia de 2001, as três maiores metrópoles da América Latina estarão, pela primeira vez, sob o governo eleito de partidos de esquerda. Hoje, eles estarão reunidos pela primeira vez na posse do chefe de governo da Cidade do México.

Eleito pelo Partido Revolucionário Democrático (PRD), o cientista político Andrés Manuel López Obrador deverá dar continuidade à administração iniciada por Chauhtémoc Cárdenas, o político de esquerda que acusou o PRI de fraudar as eleições de 1988.

Além da petista Marta Suplicy, estará o chefe de governo da cidade de Buenos Aires, Aníbal Ibarra, filiado à Frente do País Solidário (Frepaso), a agremiação de centro-esquerda, que pertence à coalizão que governa o país, a Aliança.

“Temos, nós prefeitos de esquerda, nas três maiores cidades do continente – São Paulo, México e Buenos Aires – um enorme desafio pela frente”, disse Marta ao Valor ao desembarcar na capital mexicana para a posse do novo prefeito. “Duas cidades com problemas gigantescos, São Paulo e México; a outra, Buenos Aires, afetada pela grave crise econômica do país.”

Além da posse, os líderes dos partidos de esquerda participam, desde ontem e até amanhã, do seminário preparativo do Foro de São Paulo, um encontro anual formado pelos partidos do continente latino-americano, que ocorrerá em abril de 2001, na cidade de Antigua, na Guatemala.

Criado em julho de 1990, menos de um ano depois da queda do Muro de Berlim, o Foro tem o objetivo, segundo os organizadores, de discutir alternativas às “políticas neoliberais” – o conjunto de reformas que reduzem a atividade do Estado na economia.

Para o cientista político argentino, Vicente Palermo, radicado no Brasil há cinco anos, o fato de três partidos de esquerda administrarem as maiores cidades da América Latina “não é casualidade”: “Está existindo na América Latina uma insatisfação crescente aos resultados das políticas de reformas.”

(Valor Econômico, 05.12.00)

[regressar](#)